

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em 30 de Junho de 2018



SUMARIO

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
01 CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	10
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS.....	15
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.....	15
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS.....	16
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL.....	17
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO.....	17
09 IMOBILIZADO.....	17
10 INTANGÍVEL.....	18
11 FORNECEDORES.....	18
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS.....	19
13 PROVISÕES DE CONTINGÊNCIAS E APROPRIAÇÕES POR COMPETÊNCIA.....	19
14 CAPITAL SOCIAL.....	21
15 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....	21
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	21
17 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA.....	22
18 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	22
19 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS.....	23
20 RESULTADO FINANCEIRO.....	23
21 SEGUROS DE RISCOS.....	23



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2018
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	39.134	58.855
Créditos a Receber Curto Prazo			138
Faturas e Duplicatas a Receber			40.502
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	59.202	157.371
Contingências e apropriações por Competência	13	184.595	14.502
Adiantamentos de Pessoal	7	23.840	2.133
Demais Créditos a Receber		197	15
Adiantamentos a Fornecedores		13	
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	19.539	20.324
Importação em Andamento		1.483	231
Despesas Pagas Antecipadamente			
Assinaturas e Anuidades a Apropriar		65	135
		328.068	294.206
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		2.030	1.966
Contingências e apropriações por Competência	13	287.766	278.858
Demais Créditos a Receber		69	44
Imobilizado	09	829.102	782.151
Intangível	10	567	401
		1.119.534	1.063.420
Total do Ativo		1.447.602	1.357.626

LR
AV



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

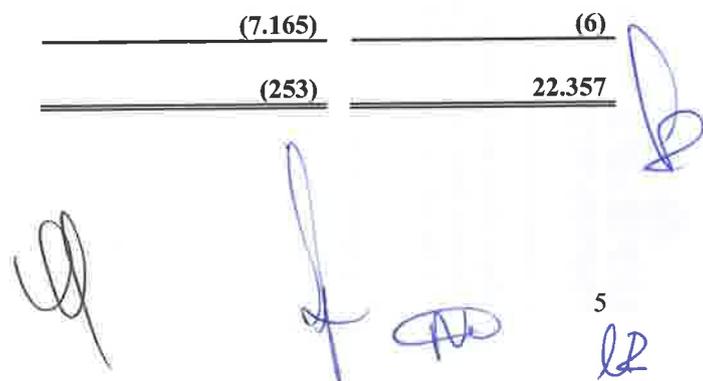
Passivo

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante			
Fornecedores	11	17.830	35.745
Obrigações Tributárias e Sociais	12	1.291	2.818
Contingências e Apropriações por Competência a Pagar	13	184.595	157.371
Outras Obrigações		5.562	4.087
		<u>209.278</u>	<u>200.021</u>
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Contingências e Apropriações por Competência a Pagar	13	287.766	278.858
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		6.993	455.090
		<u>294.759</u>	<u>733.948</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	14	996.766	376.403
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		62.952	165.273
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(14.481)	(16.600)
Prejuízo do Exercício		(253)	(101.419)
Prejuízos Acumulados Exercícios Anteriores		(101.419)	-
		<u>943.565</u>	<u>423.657</u>
Total do Passivo		<u>1.447.602</u>	<u>1.357.626</u>



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2018
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Receita Operacional Bruta			
Serviços Prestados		114.873	105.726
Repasses Recebidos		569.668	543.925
Repasses de Apropriações a Receber		38.740	49.751
		<u>723.281</u>	<u>699.402</u>
Ajustes da Receita Bruta			
Receitas de Diferido (Reversão da Subvenção)		(671)	2.710
Repasses p/Subv. e Doações Governamentais		(62.952)	(43.449)
Repasso Concedido (CAPES)		(165)	(710)
		<u>(63.788)</u>	<u>(41.449)</u>
Deduções da Receita Bruta			
PIS s/Faturamento		(206)	(164)
COFINS s/Faturamento		(952)	(757)
		<u>(1.158)</u>	<u>(921)</u>
Receita Operacional Líquida	16	658.335	657.032
Custo dos Serviços	17	(528.062)	(521.626)
Resultado Operacional Bruto		130.273	135.406
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas	17	(127.997)	(126.437)
		<u>(127.997)</u>	<u>(126.437)</u>
Outras Receitas e Despesas			
Receitas		5.399	16.306
Despesas		(595)	(2.708)
Resultado c/Baixa Bens Imobilizado		(168)	(204)
	19	<u>4.636</u>	<u>13.394</u>
Lucro Antes do Resultado Financeiro		<u>6.912</u>	<u>22.363</u>
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(8.288)	(1.512)
Receitas Financeiras		1.123	1.506
	20	<u>(7.165)</u>	<u>(6)</u>
Lucro Líquido do Exercício		<u>(253)</u>	<u>22.357</u>



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones at the bottom.

Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas De Lucro	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	376.403	-	(18.173)	21.522	-	379.753
Realização Avaliação Patrimonial	-	-	(1.199)	-	1.199	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(124.141)	(124.141)
Adiantamento p/ Futuro Aumento Capital (AFAC)	-	165.273	-	-	-	165.273
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	2.772	-	-	2.772
Transferência da Reserva de Lucro p/Prejuízos Acumulados	-	-	-	(21.523)	21.523	-
Saldo em 31 de dezembro 2017	376.403	165.273	(16.600)	-	(101.419)	423.657
Realização Avaliação Patrimonial	-	-	2.119	-	-	2.119
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(253)	(253)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital (AFAC)	-	(102.321)	-	-	-	(102.321)
Incorporação de AFAC ao Capital Social	620.363	-	-	-	-	620.363
Saldo em 30 de junho de 2018	996.766	62.952	(14.481)	-	(101.672)	943.565







Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro Líquido do Exercício	(253)	22.357
Ajustes de Depreciação/Amortizações	10.506	11.324
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(23)	-
Atualização Monetária AFAC/Reversão Subvenção	6.993	-
Varição Cambial Passiva (Importação)	125	(17)
Varição Cambial Ativa (Importação)	(229)	(13)
Custo de Obras em Andamento	-	(122)
Baixa de Bens Imobilizados	813	733
Produção Bens Imobilizado	(3)	(240)
Produção de Bens em Estoque	(882)	(800)
Reversão/ Provisão p/Devedores Duvidosos	(384)	(864)
Doações de Bens Móveis	(408)	-
Doação de Mercadorias	(1.031)	-
Redução de Recursos a Receber para Provisão de Contingências	(11.268)	(15.434)
Aumento Provisão para Contingências	11.268	15.434
	15.477	10.001

Varição de Ativos e Passivos

Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	(18.185)	11.185
Recursos a Receber de Provisão de Férias	4.521	(1.964)
Recursos a Receber de Licença Especial	(1.993)	(3.653)
Recursos a Receber de Previdência Privada (CP e LP)	2.522	2.338
Adiantamentos a Pessoal	(9.338)	(10.421)
Outras Contas a Receber a Curto Prazo	1.920	(81)
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(64)	(75)
Importações em Andamento (Estoque)	(1.252)	1.157
Estoques	2.699	5.511
Despesas Pagas Antecipadamente	70	(169)
Fornecedores	(17.915)	(5.884)
Outras Obrigações a Pagar	1.499	(10.874)
Obrigações com Pessoal	(1)	2
Obrigações Sociais a Pagar	(173)	(412)
Obrigações Tributárias a Pagar	(1.353)	117
Provisão p/Férias	(4.521)	1.964
Provisão p/Previdência Privada (CP e LP)	(2.522)	(2.338)
Provisão p/Licença Especial	1.993	3.653
Recursos Especiais a Receber por Restos a Pagar	-	(44)
Recursos a Receber de Provisão p/13º Salário	(29.999)	(28.700)
Provisão p/13º Salário	29.999	28.700
	(42.094)	(9.988)

Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais

(26.870) **22.370**

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Aquisições de Bens Imóveis	(50.837)	(45.940)
Aquisições de Bens Móveis	(4.379)	(1.333)
Aquisições de Importação em Andamento	(307)	(592)
Aquisições de Bens Intangíveis	(280)	(7)

Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento

(55.803) **(47.872)**



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas Repassadas		40.375
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	62.952	-

Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	62.952	40.375
---	---------------	---------------

Caixa Adicionado no Período	(19.721)	14.873
------------------------------------	-----------------	---------------

Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	58.855	35.005
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	39.134	49.878

Redução/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	(19.721)	14.873
--	-----------------	---------------

Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	408	173
Doações de Mercadorias (Estoques)	1.031	1.732

Transações que não envolveram o Caixa	1.439	1.905
--	--------------	--------------

Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2018
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Demonstração do Valor Adicionado		
Receitas		
Prestação de Serviços	114.873	105.726
Outras Receitas	3.716	14.135
Prov.Créd.Liq.Duv.-Reversão/Constituição	111	850
	<u>118.700</u>	<u>120.711</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados	63.840	66.300
Serviços de Terceiros	68.685	68.019
Perda/recuperação de Valores Ativos	684	2.159
	<u>133.209</u>	<u>136.478</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>(14.509)</u>	<u>(15.767)</u>
Despesas com Depreciação/Amortização	11.213	(11.330)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	<u>(25.721)</u>	<u>(27.097)</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	1.123	1.506
Repasse Recebidos (-) Subvenções	545.455	550.227
Repasse Concedidos/Diferido	(166)	(710)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	(671)	2.710
Receitas de Aluguéis	2.459	2.084
	<u>548.200</u>	<u>555.817</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>522.479</u>	<u>528.720</u>
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	349.022	349.989
Benefícios	36.772	38.808
FGTS	28.246	26.586
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	98.501	87.323
Estaduais/Municipais	33	36
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	8.288	1.512
Locação de Imóveis/Condomínio	532	511
Locação de Máquinas e Equipamentos	1.338	1.598
Remuneração dos Capitais Próprios		
Lucros Retidos do Exercício	(253)	22.357
Valor Adicionado Distribuído	<u>522.479</u>	<u>528.720</u>

9



Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e a pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017 foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA) como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e a Diretoria Executiva (DE) que é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptorial dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal, composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Fazenda (MF).

02 Principais Políticas Contábeis

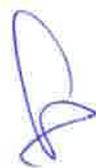
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes incluindo a aplicação da Lei n° 11.638/07), as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos e as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração está sendo apresentada pela Instituição como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.





Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Em julho de 2017, foi atualizada a macrofunção SIAFI nº 02.11.22 a qual normatiza as participações da União no Capital das Empresas e define o reconhecimento dos valores repassados pela União para investimentos, como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Atendendo a estas orientações, os valores recebidos até 31/12/2016 foram registrados no Passivo Não Circulante (PNC) como Instrumentos Financeiros e corrigidos pela Taxa SELIC nos termos do Decreto nº 2.673/1998 e os valores recebidos a partir de janeiro de 2017 foram registrados no Patrimônio Líquido (PL) como Instrumentos Patrimoniais. Esta Norma define também, que os repasses recebidos da União para custeio (sem contraprestação da empresa investida) devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Em 28 de março de 2018, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária nº 004, a capitalização dos valores registrados como AFAC no PNC recebidos até 31/12/2017, assim como a capitalização dos valores recebidos até 31 de dezembro de 2017 e registrados como AFAC no PL.

(c) Base da elaboração das Demonstrações Financeiras

A elaboração das Demonstrações Financeiras observa os aspectos da Lei 6.404/76 e Lei 11.638/07 e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Financeiro do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei nº 4.320/64.

(d) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação, realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil- SRFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(e) Instrumentos Financeiros

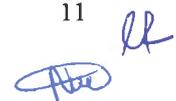
A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: Caixa e Equivalentes de Caixa, Crédito de Fornecimento de Serviços, Recursos a Receber para Provisões de Contingências, Recursos a Receber para Apropriações por Competência de Férias, Décimo Terceiro Salário, Licença Especial, Previdência Privada-TSP e demais contas a receber.

A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Instituição tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.





Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(g) Estoques

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 30 de junho de 2018. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas conhecidas em estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(h) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores recursais vinculados a causas trabalhistas, corrigidos até 30 de junho de 2018. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(i) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos (Notas nº 09 e 10).

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização acumulada nas Demonstrações Financeiras está demonstrada pelo valor acumulado, da data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Máquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos



Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(j) Impairment de ativos não financeiros

A administração do HCPA revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, periodicamente, com o objetivo de determinar e avaliar, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem, que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração, com base nos fluxos de caixa futuros projetados e descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para venda e b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou unidade geradora de caixa.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido (Nota nº 11).

(l) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados as contribuições federais PIS e COFINS, incidentes sobre o faturamento próprio, e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e retenções de tributos federais conforme IN/RFB nº 1234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. A Instituição goza de isenção de tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970 (Nota nº 12).

(m) Benefícios a Empregados

A Instituição possui diversos planos de benefícios a empregados, como auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(n) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.





Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível compõe-se de: R\$15.373 (cíveis), R\$129.124 (trabalhistas) e R\$20.224 (tributárias), totalizando R\$164.721.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional (Nota nº13).

(o) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(p) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(q) Repasses Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar. Inclui, também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(r) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(s) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle do HCPA que considera as seguintes premissas de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins, sendo 36 classificados como administrativos e 150 grupos relacionados à atividade fim. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referente os complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondente às receitas de serviços reconhecidas no exercício (Nota nº17).

Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(t) **Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos**

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.

03 **Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) assim como do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN) e pela Diretoria Executiva do HCPA.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 **Gestão de Risco Financeiro**

(a) **Risco de Liquidez**

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN). A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo dos mesmos.

(b) **Risco de Crédito**

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2018 os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.587, de 02 de janeiro de 2018, publicada no DOU em 03 de janeiro de 2018.

(c) **Estimativa do Valor Justo**

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos fornecedores estão próximos de seus valores justos.



Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

A Instituição aprovou no Conselho Diretor (atual Conselho de Administração) na reunião nº 418, realizada em 23 de outubro de 2017, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os Estoques garantem, em 30 de junho de 2018, 56,59 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	32	17
Conta Corrente	1.269	1.900
Depósitos Bancários de Curto Prazo	29.734	25.093
Conta Limite de Saque	8.099	31.845
Saldo Contábil	39.134	58.855

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para cobrir despesas de capital ou de custeio.

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

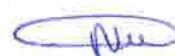
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	55.739	35.914
Convênios Privados	10.389	13.537
Clientes Particulares	2.305	2.696
Créditos Diversos	2.566	419
Subtotal	70.999	52.566
Apropriação por Competência - PCLD	(16.421)	(16.688)
Valor Líquido a Receber	54.578	35.878
Outras Faturas a Receber (FNS)	4.624	4.624
Saldo Contábil	59.202	40.502

Os Créditos de Fornecimento de Serviços correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição.

O valor de R\$ 4.624, outras faturas a receber, corresponde ao valor devolvido ao FNS referente à ação nº 8585 devido o cancelamento de RAPNP (2012 a 2014) parcela esta pertencente ao contrato firmado com o Gestor de Saúde do Município de Porto Alegre pela prestação de serviços SUS. A Instituição aguarda reposição do crédito orçamentário e financeiro, visto o cancelamento dos Restos a Pagar Processados (RAPs) ter sido motivado pelo rompimento de contratos com fornecedores. Não houve, em etapas posteriores, nova licitação para atender as demandas de custeio das atividades do HCPA inerentes aos contratos cancelados.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “*Impairment*”).






Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Décimo Terceiro Salário	19.522	7.322
Férias	2.881	4.778
Abono sobre Férias	1.406	2.389
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	31	13
Saldo Contábil	<u>23.840</u>	<u>14.502</u>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2018 enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em junho relativo à competência julho de 2018.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Medicamentos	5.802	6.951
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	6.667	7.472
Material de Ortese e Prótese	2.507	1.275
Materiais e Utensílios	446	454
Rouparia (uniformes)	1.024	1.217
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	427	336
Material Expediente/Informática/Gráfica	465	404
Combustíveis, Lubrificantes, Gases	72	71
Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial	2.129	2.144
Saldo Contábil	<u>19.539</u>	<u>20.324</u>

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

09 Imobilizado

	<u>Tx.%</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Edifícios	1	210.541	54.425	156.116	158.363
Terrenos		68.414		68.414	68.414
Obras em Andamento[1]		523.948	6.880	517.068	457.930
Bens Móveis e Imóveis	10 a 20	198.662	120.072	78.590	89.045
Informática	20 a 50	23.616	15.390	8.226	8.124
Veículos Diversos	10 a 20	1.002	740	262	259
Subtotal Imobilizado		<u>1.026.183</u>	<u>197.507</u>	<u>828.676</u>	<u>782.135</u>
Importação em Andamento		426		426	16
Saldo Contábil		<u>1.026.609</u>	<u>197.507</u>	<u>829.102</u>	<u>782.151</u>

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, razão pelo qual há depreciação.

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados.



Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

(a) Movimentação do Ativo Imobilizado

	Custo 01/01/2018	Aquisições	Transf.	Baixas	Custo 30/06/2018
Imóveis	210.541	-	-	-	210.541
Terrenos	68.414	-	-	-	68.414
Obras em Andamento ¹	473.111	50.163	-	(3)	523.271
Bens Móveis e Imóveis	195.270	4.726	-	(628)	199.367
Informática	23.060	805	-	(249)	23.616
Veículos Diversos	973	-	-	-	973
Total Imobilizado	971.369	55.694	-	(880)	1.026.183

10 Intangível

O saldo contábil é composto por:

	Tx. %	30/06/2018	31/12/2017
Software	20 a 50	567	401

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada.

A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

11 Fornecedores

	30/06/2018	31/12/2017
Unimed Porto Alegre	854	858
Medtronic International Technology	790	-
Capgemini Brasil S/A	556	27
Seltec Vigilância Especializada Ltda	443	-
	2.643	885
Demais Fornecedores	15.187	34.860
Saldo Contábil	17.830	35.745

Estes quatro principais fornecedores representam 14,83% do saldo total de Fornecedores a Pagar em junho de 2018.



Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de fornecedores	969	2.289
PIS sobre Faturamento	36	42
COFINS sobre Faturamento	167	195
Obrigações Tributárias	1.172	2.526
Obrigações Sociais	119	292
Saldo Contábil	1.291	2.818

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados as contribuições federais PIS e COFINS sobre faturamento próprio e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e retenções de tributos federais conforme IN/RFB nº 1234 de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. O saldo de Obrigações Sociais é composto pela retenção previdenciária incidente sobre serviços pagos a Fornecedores.

13 Provisões de Contingências e Apropriações por Competência

	<u>30/06/2018</u>			<u>31/12/2017</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Contingências (a)	8.184	268.937	277.121	265.852
Férias a Pagar (b)	90.269	-	90.269	94.789
Licença Especial (c)	51.959	-	51.959	49.966
Décimo Terceiro Salário (d)	29.999	-	29.999	-
Tempo de Serviço Passado TSP (e)	4.184	18.829	23.013	25.622
Saldo Contábil	184.595	287.766	472.361	436.229

A Instituição registra no ativo os recursos a receber relativos às provisões e valores a pagar registrados no passivo, provenientes de despesas com pessoal, os quais são custeados com recursos advindos do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

(a) Contingências

	<u>30/06/2018</u>			<u>31/12/2017</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Contingências Trabalhistas	6.220	246.411	252.631	247.541
Contingências Cíveis	1.964	21.631	23.595	17.439
Contingências Tributárias	-	895	895	872
Saldo de Contingências	8.184	268.937	277.121	265.852

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

(b) Férias a Pagar

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Férias		
Saldo Inicial	60.082	62.225
Baixas	(11.486)	(63.929)
Apropriações	17.246	71.615
Total de Férias	<u>65.842</u>	<u>69.911</u>
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	22.293	22.296
Baixas	(4.263)	(23.811)
Apropriações	6.397	26.393
Total de Encargos sobre Férias	<u>24.427</u>	<u>24.878</u>
Saldo de Férias a Pagar	<u>90.269</u>	<u>94.789</u>

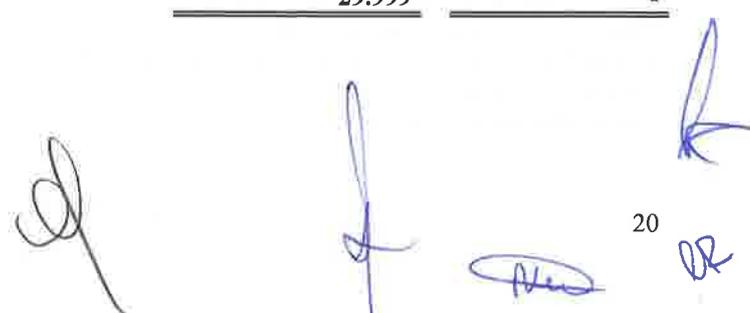
(c) Licença Especial

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	37.483	32.769
Baixas	(1.255)	(5.372)
Apropriações	1.687	9.021
Total de Licença Especial	<u>37.915</u>	<u>36.418</u>
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	13.884	12.182
Baixas	(466)	(1.998)
Apropriações	626	3.364
Total de Encargos sobre Licença Especial	<u>14.044</u>	<u>13.548</u>
Total de Licença Especial a Pagar	<u>51.959</u>	<u>49.966</u>

(d) Décimo Terceiro Salário

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Décimo Terceiro Salário		
Saldo Inicial	10.320	-
Baixas	(210)	-
Apropriações	11.770	-
Total de Décimo Terceiro Salário	<u>21.880</u>	<u>-</u>
Encargos sobre Décimo Terceiro Salário		
Saldo Inicial	3.830	-
Baixas	(78)	-
Apropriações	4.367	-
Encargos sobre Décimo Terceiro Salário	<u>8.119</u>	<u>-</u>
Total de Décimo Terceiro Salário	<u>29.999</u>	<u>-</u>

20





Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(e) Tempo de Serviço Passado (TSP)

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Por ser, este valor, pago com Recursos do Tesouro Nacional possui, também, registro em Direitos a Receber no Ativo. O valor correspondente a doze prestações está registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.

14 Capital Social

O Capital Social pertence integralmente a União Federal. O seu saldo em 31/12/2017 era de R\$ 376.403 e em 28 de março de 2018, por aprovação da Assembleia Geral Extraordinária nº 004, foi incorporado o valor de R\$ 620.363 referente os recursos recebidos da União como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no período de 2008 a 2017, com atualização pela SELIC, totalizando R\$ 996.766 em 30/06/2018.

15 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que os bens objeto do ajuste de avaliação patrimonial estão sendo realizados, ou seja, depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, simultaneamente, os respectivos valores são transferidos da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial para conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Inicial em 01 de janeiro	(16.600)	(18.173)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(121)	(1.199)
Reversão Menos Valia	2.241	2.772
Saldo em 30 de junho	<u>(14.480)</u>	<u>(16.600)</u>

16 Receita Operacional Líquida

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Serviços Prestados		
SUS	83.036	80.893
Convênios, Particulares e Pesquisa	31.837	24.833
Total de Serviços Prestados	<u>114.873</u>	<u>105.726</u>
Repasse Recebidos		
Repasse Recebidos	569.668	543.925
Repasse de Apropriações a Receber	38.740	49.751
Total de Repasse Recebidos	<u>608.408</u>	<u>593.676</u>
Total da Receita Bruta	<u>723.281</u>	<u>699.402</u>
Ajustes da Receita		
Receita de Diferido (Reversão da Subvenção)	(671)	2.710
Subvenções e Doações Governamentais	(62.952)	(43.449)
Repasse Concedido	(165)	(710)
Total de Ajustes da Receita	<u>(63.788)</u>	<u>(41.449)</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(206)	(164)
COFINS sobre Faturamento	(952)	(757)
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(1.158)</u>	<u>(921)</u>
Receita Líquida Operacional	<u>658.335</u>	<u>657.032</u>



Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

17 Custos dos Serviços e Despesas Administrativas por Natureza

	Custo dos Serviços	Despesas Administrativas	30/06/2018	30/06/2017
			Total	Total
Salários, Encargos e Bolsas	360.509	87.384	447.893	424.666
Sentenças	130	32	162	172
Benefícios de Pessoal	29.199	7.078	36.277	41.111
Consumo de Materiais	51.385	12.455	63.840	66.299
Depreciações/Amortizações	9.025	2.188	11.213	11.330
Locação Mão de Obra	3.149	763	3.912	3.749
Consultoria/Serviços PF	1.409	342	1.751	5.067
Fundação de Apoio	16.041	3.888	19.929	13.770
Loc./Manutenção Bens Móveis	5.355	1.298	6.653	5.165
Loc./Manutenção Proc. Dados	4.445	1.077	5.522	8.480
Loc./Manutenção Bens Imóveis	1.753	425	2.178	1.589
Energia Elétrica, Água e Telefone	8.510	2.063	10.573	10.628
Serviço de Controle Ambiental	427	104	531	533
Seleção e Treinamento	1.415	343	1.758	1.538
Serviços Médicos, Laboratoriais e Análises	2.889	700	3.589	3.583
Serviços de Publicidade	271	65	336	299
Despesas com Frete	457	111	568	419
Diversas Comunicações em Geral	1.223	296	1.519	956
(-) Incorporações Bens	(2)	(1)	(3)	(240)
(-) Produção Estoque e Permanente	(711)	(172)	(883)	(800)
Subtotais	496.879	120.439	617.318	598.314
Apropriação para Férias	(3.639)	(882)	(4.521)	1.964
Apropriação para Licença Especial	1.604	389	1.993	3.653
Provisão para Contingências	9.070	2.198	11.268	15.434
Apropriação para 13º Salário	24.147	5.853	30.000	28.700
Provisões e Apropriações	31.182	7.558	38.740	49.751
Saldo Contábil	528.061	127.997	650.058	648.065

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados compatibilizando os valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle da Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN) ver Nota 2, letra "s".

Na determinação do resultado do semestre foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no semestre.

18 Despesas de Benefícios a Empregados

	30/06/2018	30/06/2017
Auxílio Creche	739	675
Auxílio Alimentação	15.748	17.367
Vale Transporte	1.432	1.412
Assistência Médica	4.182	7.752
Previdência Privada	14.176	13.905
Saldo Contábil	36.277	41.111

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

19 Outras Receitas e Despesas

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Outras Receitas		
Alugueis	2.459	2.084
Receitas de Leilões	8	76
Indenizações e Restituições	1.383	11.756
Reversão de PCLD	111	1.128
Doações de Estoque e Uso Permanente	1.438	1.262
Total de Outras Receitas	<u>5.399</u>	<u>16.306</u>
Outras Despesas		
Pensões Indenizatórias e Outros Decréscimos	(595)	(2.708)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Bruto de Baixa de Bens	(168)	(204)
Baixa de Bens e Outras Despesas	<u>(763)</u>	<u>(2.912)</u>
Saldo de Outras Receitas e Despesas	<u>4.636</u>	<u>13.394</u>

20 Resultado Financeiro

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	753	1.267
Juros e Multas Previstos em Contratos	118	135
Variação Cambial e Monetária Ativa	252	104
Total Receita Financeira	<u>1.123</u>	<u>1.506</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(796)	(976)
Variação Cambial	(499)	(521)
Multas dedutíveis e Indedutíveis	-	(15)
Correção Monetária	(6.993)	-
Total Despesa Financeira	<u>(8.288)</u>	<u>(1.512)</u>
Saldo Contábil	<u>(7.165)</u>	<u>(6)</u>

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

O valor de R\$ (6.993) de correção monetária refere-se à atualização pela SELIC, em 2018, dos repasses recebidos para Investimentos até 31 de dezembro de 2016, registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no Passivo Não Circulante.

21 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada é de R\$ 297.918 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2018 a 01 de junho de 2019.







Notas Explicativas

Período findo em 30 de junho de 2018

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de junho de 2018 a 01 de junho de 2019. A importância segurada é de R\$ 13.277.

Prof. Milton Berger
Diretor Médico

Prof. Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente

Me. Jorge Luis Bajerski
Diretor Administrativo

Neiva T. Finato
Contadora Neiva Teresinha Finato
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 53.292

Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Contadora - CRC/RS nº 69.663

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS.

Aos
Administradores e Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias trimestrais, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Demonstração Intermediária.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias correspondentes da demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Eldorado do Sul, 10 de agosto de 2018.

